

Reflexões sobre o sujeito social e o sujeito ideológico*

Lícia Maria Bahia Heine**
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este artigo pretende apresentar reflexões sobre o sujeito social, comumente presente nas pesquisas da Lingüística Textual, em sua fase cognitivista, objetivando cotejá-lo com a concepção de sujeito assujeitado, um dos pilares da Análise do Discurso de linha francesa. Pretende-se ainda discorrer, de forma sucinta, sobre o sujeito pragmático, tentando estabelecer, quando possível, um liame entre essas entidades discursivas.

Palavras-chave: sujeito; Lingüística Textual; Análise do Discurso, pragmática;

Abstract

This paper presents some reflections about the social subject studied by Textual Linguistics into its cognitive phase. It aims to make a comparison between this concept of subject and the one used in the European Discourse Analysis. It also intends to discuss about the pragmatic subject, setting a comparison between these currents into the science of language.

Key words: social subject; Discourse Analysis; Textual Linguistics; Pragmatics.

Résumé

Cet article a pour but de présenter des réflexions sur le sujet social, habituellement présent dans les recherches de Linguistique textuelle, dans sa phase cognitiviste, visant à le comparer avec la conception de sujet assujetti, l'un des piliers de l'Analyse de Discours de ligne française. On prétend encore, d'une manière succincte, discourir sur le

* Recebido em 16 de outubro de 2008. Aprovado em 06 de outubro de 2008.

** Doutora em Letras e Lingüística pela Universidade Federal da Bahia, é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia.

sujet pragmatique, essayant d'établir, quand cela est possible, un lien entre ces entités discursives.

Mots-clé: sujet social; Linguistique textuelle; Analyse de Discours; pragmatique.

Introdução

Refletir sobre a *entidade sujeito* é, sem sombra de dúvida, uma questão polêmica por envolver discussões tentaculares que apontam para a filosofia, para a lingüística e áreas afins. No que diz respeito à lingüística, por exemplo, pode-se asseverar que esta discussão traz à baila um divisor de águas nos estudos da ciência da linguagem que distingue a chamada lingüística formal e a lingüística discursiva, pelo fato de os estudos formais, em função de critérios científicos das primeiras décadas do século XX,¹ terem excluído o sujeito das suas preocupações, aspecto este não contemplado pelos estudos discursivos, que vão se debruçar na enunciação, entendida como o momento de apropriação da linguagem por um ato individual no seio social (Benveniste 1989:83), ou, nas palavras de Fiorin (2001:167), “a enunciação é o ato de produzir enunciados, que são as realizações lingüísticas concretas”. Como se observa, na enunciação, seja ela entendida como um ato individual, seja como um ato social, respectivamente Benveniste e Bakhtin (2003), o sujeito representa uma das suas principais preocupações, na medida em que a língua é analisada em sua efetiva realização.

Neste artigo, as reflexões sobre o sujeito social e o sujeito ideológico estão circunscritas à Lingüística Textual (LT) e à Análise de Discurso (AD), esta, em especial, a de linha francesa, haja vista que suas pesquisas têm, respectivamente, os referidos sujeitos como um dos pilares dos seus pressupostos teóricos.

Considerações sobre a Lingüística Textual

A LT é um ramo da ciência da linguagem que começou a desenvolver-se na década de 60, na Europa, e, de modo especial, na Alemanha. Traduz o rompimento com as limitações teórico-metodológicas da lingüística formal e *procura penetrar no mecanismo de produção, construção, funcionamento e recepção de textos orais ou escritos* (Marcuschi 1983:12). Orienta-se, segundo Hartman (1971 *apud* Schmidt 1978:7), por considerar o texto como objeto particular da

¹ Refere-se sobretudo à filosofia positivista, que impunha às diferentes ciências um objeto de estudo autônomo, e à sociologia do Émile Durkheim (1858-1917), cujos fatos sociais seriam maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo.

investigação lingüística, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem. Para Hartman, *é somente a língua inerente ao texto e valorizada como texto que pode funcionar como meio de comunicação humana*. Com base nesses princípios, Marcuschi enfatiza que:

a língua não funciona em unidades isoladas, tais como fonemas, morfemas, palavras ou frases soltas, mas, sim, em unidades de sentido denominadas texto, realizadas em sua inserção contextual. Certamente, quando se estuda o texto não se pode ignorar o funcionamento do sistema lingüístico com sua fonologia, morfologia e sintaxe, mas, neste caso, se está apenas dando uma razão para um determinado uso da língua, com vistas ao seu funcionamento. (Marcuschi 1994:01)

A LT surge em um contexto tentacular, no qual emanam também várias linhas de pesquisa (a Análise do Discurso, a Sociolingüística, a Análise da Conversação etc.), que comungavam e ainda comungam questionamentos diversos, ora voltados principalmente para a lingüística do mestre de Genebra, o suíço Ferdinand de Saussure, ora voltados para os pressupostos da gramática gerativa do Noam Chomsky. Dentre as diferentes inquirições, destacam-se: Será que a língua é um conjunto de hábitos adquiridos?² Será que basta a descrição lingüística? Por que Saussure excluiu o sujeito dos estudos lingüísticos? Por que o sentido provém apenas das estruturas lingüísticas? Será mesmo que a língua é transparente, onde o sentido se materializa na seqüência de elementos lingüísticos? Criticavam também o fato de a lingüística saussuriana ater-se ao estudo da *langue*, preocupando-se, por exemplo, com a identificação de fonemas e morfemas a partir de um *corpus* limitado. Para os seguidores da LT, a ciência da linguagem, ao contrário, devia voltar-se para o estudo do texto, porque o falante se comunica através de textos, sua forma específica de manifestação da linguagem.

De acordo com a tradição, a LT possui três momentos, a saber: o primeiro momento, corresponde à análise transfrástica, em que se examinam as relações interfrásticas, tendo como preocupação básica a passagem da gramática de frase à gramática de texto (Marcuschi 2003); o segundo momento diz respeito à construção das gramáticas de textos, período de reflexão cujo objetivo principal consistia em elaborar regras gramaticais que dessem conta de todo e qualquer texto. Na verdade, os seus pesquisadores procuraram construir gramáticas textuais através de categorias, centradas em regras de combinação voltadas à construção da entidade texto. Assemelham-se, dessa forma, aos gerativistas que

² Perguntas extraídas de Borba (1977:11).

propuseram a elaboração de frases, consoante as chamadas regras sintagmáticas. O terceiro momento refere-se à construção das teorias textuais, fase em que o *contexto pragmático ganha relevância para a compreensão do texto, que passa a ser estudado dentro do seu contexto de produção, sendo, pois, compreendido, não mais como um produto acabado, mas como um processo, resultado de operações comunicativas e processos lingüísticos em situações sociocomunicativas* (Bentes 2001:247).

Embora ainda não esteja registrado de forma clara na literatura pertinente, observa-se um quarto momento da LT — a fase cognitivista, que vem se afluando gradativamente desde van Dijk (1992) até os trabalhos de Kleiber, Schnedecker, Ujma (1991), e de Mondada (1995), dentre outros. Dentre as questões que caracterizam esta fase, destacam-se sobretudo os seguintes aspectos: as questões ligadas ao processamento textual com foco nos processos de coesão, efetivadas consoante a concepção de referenciação e a reflexão a respeito do sujeito social, que vai ser sumarizada nas seções subseqüentes. No que tange à referenciação, considere-se o texto a seguir:

Cabe, mais uma vez, enfatizar que não se entende aqui a referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, como uma simples representação extensional de referentes do mundo extramental, mas sim como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entendidas designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-de-mundo. (Koch 2004:57)

Nesta concepção, os referentes deixam de existir como algo *a priori* do discurso, pois são construídos no discurso e pelo discurso; por isso é que são denominados de objetos-de-discurso, entidades de referência discursiva, dependentes das operações cognitivas, das atividades verbais ou não, das negociações de interação (Apothéloz; Reichler-Béguelin 1995:227-271), (Mondada; Dubois 1995:273- 303). Dessa forma, rejeita-se a noção de referente, segundo a qual todo elemento de coesão refere-se a um antecedente, alicerçada no sistema léxico-gramatical e na concepção de correferência, caracterizada por relacionar duas expressões que possuem exatamente o mesmo referente. A partir desse momento que, no Brasil se iniciou em torno do final da década de 90 do século XX, começam a surgir teses e dissertações, voltadas, por exemplo, para a anáfora associativa, cujo processamento envolve operações implícitas que não se limitam ao co-texto, mas sobretudo aos aspectos discursivo-pragmáticos, bem como aos histórico-sociais.

O sujeito na análise transfrástica e na construção de gramáticas

As diferentes fases da LT, apesar de terem um ponto de vista comum e seus imbricamentos que as unem entre si, mencionando-se, a título de exemplo, o fato de debruçarem-se sobre o texto, apresentam naturalmente traços a elas específicos que permitem o seu reconhecimento enquanto fases distintas,³ embora devam, necessariamente, ser consideradas dentro de um *continuum* que evita um olhar polarizado entre as mesmas. Na verdade, elas revelam, principalmente, reflexões acuradas acerca do seu objeto de estudo. É evidente que, ao focalizá-las, poder-se-ia ressaltar aspectos substantivos sobre cada uma delas, mas, neste artigo, o foco recai sobre a entidade “sujeito”, depreendido, em especial, a partir da concepção de língua, que lhe é subjacente.

Ao longo do seu desenvolvimento, o texto vem recebendo diferentes tratamentos: na análise transfrástica e na construção de gramáticas, as duas primeiras fases da LT, o texto, de um modo geral, é tido simplesmente como a unidade lingüística mais alta, superior à frase (Koch 2006:5), apenas um mero produto de codificação, com um foco de análise nos aspectos formais. Este conceito de texto alicerça-se “na concepção de língua, vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor” (Travaglia 2001:21-23), e que, por outro lado, corresponde à concepção de sujeito assujeitado, mas um sujeito assujeitado ao sistema lingüístico; por isso, tem-se um sujeito que não é livre, sendo preso e limitado ao código lingüístico (Koch 2006:10). Daí a explicação para o tratamento da compreensão textual em determinados livros didáticos, que ainda se pautam nessa concepção de língua, restringir-se a “exercícios que não passam de uma descomprometida atividade de cópiação” (Marcuschi 1996:63-82), postulando, destarte, sem levar em conta a heterogeneidade alunos-leitores, uma interpretação homogênea, pois o sentido esgota-se nas estruturas lingüísticas, realizadas numa folha de papel.

Vale a pena ressaltar que, “a lingüística textual, originalmente, se formou para tratar melhor de certos problemas que já tinham aparecido na chamada lingüística oracional” (Beaugrande 1997), ou seja, os seus pesquisadores pretendiam desenvolver uma gramática transfrástica que desse conta, por exemplo, da coesão como um fenômeno materializado numa folha de papel, voltada mais precisamente para as relações anafóricas de cunho gramatical. Esse procedimento de análise não podia

³ Em linhas gerais, consideram-se as fases da Lingüística Textual como não cronológicas, mas, ainda que de forma sutil, observa-se, sim, uma cronologia entre as mesmas.

ser diferente, porque o texto era interpretado ora como “a unidade que ocupa, na hierarquia do sistema lingüístico, o próximo grau superior à oração”, ora como “uma seqüência bem formada de orações bem formadas” (Beaugrande 1997), respectivamente, no estruturalismo e no gerativismo; lastro teórico que impelia forçosamente a excluir o sujeito enquanto entidade co-autora, por exemplo, do processo de construção do sentido.

O sujeito nas teorias de texto

As fases “análise transfrástica” e “construção de gramáticas” cedem lugar a uma outra, denominada de “teorias de texto”. E é nesse momento, no Brasil, em torno da década de 90 do século XX, embora já existissem obras relacionadas a essa abordagem, como a de Beaugrande e Dressler (1981), Bernárdez. (1982) Heinemann e Viehweger (1991), dentre outros, que ocorre a guinada pragmática nos estudos da linguagem.

Pode-se dizer que a pragmática tem suas raízes na retórica da Antiguidade Clássica, haja vista que esta se voltava para o orador, nas suas práticas sociais, considerado, ao mesmo tempo, como “o locutor, um ser que, no próprio sentido do enunciado, é apresentado como o seu responsável” e “como enunciador, um ser de pura enunciação, que determina o ponto de vista a partir do qual os acontecimentos são apresentados” (Ducrot 1984, *apud* Charaudeau; Maingueneau 2005:311). Como se pode observar, há de fato um liame entre a pragmática e a retórica clássica, na medida em que o axioma pragmático diz respeito à seguinte convicção: “era preciso estudar a linguagem levando em conta também a fala e nunca os estudos de língua isolada de sua produção social” (Pinto 2001:48). Nas palavras de Pinto, a pragmática respalda-se em um movimento em direção aos usuários da língua, seguindo o movimento filosófico iniciado durante o século XIX, que passou a pôr em foco “o uso concreto da linguagem, com vistas a seus usuários, na prática da linguagem” (Pinto 2001:14). A título de exemplo, faz-se menção, ainda que de forma sucinta, à *semiosis* do Peirce, “qualquer processo em que alguma coisa funciona como sinal para alguém” (Dascal 1982:8), constituída de uma relação de três elementos, a saber: o próprio sinal - que parece recobrir o signo lingüístico, com as duas faces — significante e significado; a designação — que se refere àquilo que o sinal representa, ou seja, ao seu referente; o intérprete - a pessoa para quem ele funciona como sinal. Peirce é um dos mentores do pragmatismo norte-americano e o seu trabalho é de importância singular, justamente por dar primazia ao indivíduo,

possibilitando o crescimento de outras vertentes que possuem uma nova corrente lingüística, elemento constituinte da sua semiosis.

A partir desse alicerce, “as motivações da Lingüística Textual não se acham na necessidade de uma gramática transfrástica, mas, sim, numa nova visão do próprio funcionamento da língua” (Marcuschi 2003), que lhe confere, dentre outros, um maior escopo teórico, expresso principalmente nas concepções de língua, texto e sujeito. No que diz respeito à língua, esta seria compreendida “como uma forma específica de comunicação social da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não-lingüísticas) do ser humano” (Koch 2004:14). Nas palavras de Jubran, “a linguagem é vista como uma forma de ação, uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, dentro de uma localização contextual, em que cada um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta a circunstância de enunciação” (Jubran 2006:28). Quanto ao texto, a partir do enfoque lingüístico-pragmático, elimina-se, de uma vez por todas, a sua concepção enquanto produto, que passa a ser compreendido como “unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional” (Jubran 2006:28), envolvendo, conseqüentemente, os interlocutores do discurso. O texto é, então, um processo escrito mas também falado, gerado num ato comunicativo. Esse lastro vai possibilitar um novo tratamento para a compreensão textual, não mais preso à camisa de força da língua código autônomo, que conduz à adoção de uma teoria da compreensão, em que compreender equivale a decodificar (Marcuschi 2003), haja vista que o sentido resulta de uma negociação que envolve a tríade autor-texto-leitor (Koch 2006).

Quanto ao sujeito, trata-se do sujeito pragmático, que se apóia, evidentemente, nas concepções de linguagem inerentes à própria pragmática, na qual a linguagem é vista como “uma prática social concreta e também complexa, pois, enquanto tal, envolve elementos do contexto de uso, convenções de uso e de intenções do falante” (Austin *apud* Brandão 2001:60). Considere-se ainda a citação a seguir ilustrada:

como um campo de estudos que visa a apreender a linguagem em situação, enquanto fato, acontecimento, realização concreta, a pragmática tem por objetivo não o estudo da estrutura gramatical em si, como elemento auto-suficiente, mas visa à utilização da linguagem por um locutor, a relação entre o seu dizer e o seu fazer, suas intenções, suas manobras, estratégias discursivas que mobiliza para conseguir seus intentos. (Brandão 2001:60)

Pode-se asseverar, com apoio nas reflexões de Brandão (2001:59-63), dentre outros, que o sujeito pragmático é o próprio sujeito da enunciação benvenistiana. Para se compreender melhor esta imbricação, vejamos, a seguir, alguns excertos do artigo deste lingüista:

a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste 1989:82); “[...] a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão — muito difícil e pouco estudada ainda — é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever essa interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação”. “[...] o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”. “[...] enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. “[...] Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções [...]”. (Benveniste 1989: 81-90)

A partir dos excertos ilustrados, torna-se mais fácil compreender a referida imbricação entre o sujeito pragmático e o sujeito da enunciação benvenistiana, pelo fato de o sujeito pragmático ser, em princípio, um sujeito da enunciação, mas de uma enunciação de cunho eminentemente individual, de vontade própria, que visa, de algum modo, agir sobre o seu interlocutor. Há ainda um dado a ser frisado, a questão da semantização da língua, processada no centro deste aspecto da enunciação, ou seja, circunscrita em torno do eu/aqui/agora. Por outras palavras, o sentido é construído na instância discursiva, invocando a intenção do falante a partir de um contexto imediato, “entendido como a situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., tudo o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito! (Armengaud 2006:13). Enfim, trata-se de um sujeito consciente, intencional e eminentemente individual.

O sujeito na virada cognitivista

Em meados da década de noventa, principalmente no Brasil, observa-se que a LT avança, de forma mais sistemática, em direção aos aspectos de ordem sociocognitiva; com isso, não se quer dizer que esses

elementos tivessem sido totalmente abolidos na fase que a precedeu, ou seja, na fase pragmática, mas, sim, que se trata de um momento em que há um foco mais acurado em questões textuais, pautadas na cognição. Presencia-se o nascimento de uma nova fase — a virada cognitivista, inferida consoante Koch (2006:21), que diz: “na década de 80,⁴ delineia-se uma nova orientação nos estudos do texto, a partir da tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações”. Esse cenário de pesquisa começa a dar sinais de um quarto momento para a LT — o momento cognitivista de cunho sociopragmático, embora a literatura pertinente ainda não o reconheça efetivamente como uma nova fase da LT.

Como se pode observar, a pragmática ainda é um dos pilares teóricos dessa linha de pesquisa, o que possibilita estabelecer um *continuum* acentuado entre esses diferentes momentos que dão *status* ao surgimento de uma nova fase. A título de ilustração, destacam-se, considerando os objetivos deste artigo, as concepções de língua, texto e sujeito. No que tange à de língua, mantém-se a de origem pragmática, concebida, dentre outras, a partir da tese de que “a linguagem não serve só, nem primeiramente, nem sobretudo, para representar o mundo, mas ela serve para realizar ações. Falar é agir. Em um sentido óbvio é, por exemplo, agir sobre outrem” (Armengaud 2006:13). É preciso, contudo, deixar claro que, para Saussure (1991:92), “a língua é, para nós, a linguagem menos a fala”. Faz-se mister que “a pragmática aposta nos estudos da linguagem, levando em conta também a fala, e nunca nos estudos da língua isolada de sua produção social” (Mussalim 2001:28). Portanto, o uso da expressão língua refere-se à visão interativa e dialógica e não às clássicas dicotomias saussurianas.

Nesse momento, a LT tem como preocupação precípua trazer à baila que agir sobre outrem envolve compulsoriamente os fenômenos sociocognitivistas. Quanto ao texto, o foco recai sobre os processos mentais, pois ele passa a ser resultado da abordagem procedural, “segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social” (Koch 1984:21). Pode-se ainda dizer que essa abordagem caracteriza-se, mais especificamente, por armazenar, na memória, dados referentes à aquisição de habilidades motoras, tais como: dar nó em uma gravata, nadar, dirigir um trator, dentre outros. Assim alicerçado, o processamento textual demanda, sobretudo, os seguintes sistemas de conhecimento (Heinemann; Viehweger 1991 *apud* Koch 2004:21): o

⁴ Tudo faz crer que Koch (2006), ao referir-se à década de 80, faz alusão às pesquisas da Linguística Textual fora do Brasil.

conhecimento lingüístico, voltado para os conhecimentos gramatical e lexical; o conhecimento enciclopédico, que compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo; o conhecimento interacional, que envolve diferentes tipos de conhecimentos, tais como: o ato ilocucional de Austin, os Princípios de Cooperação de Paul Grice (1967) e a competência comunicativa de Dell Hymes (1964).

Um outro aspecto de importância singular a ser registrado é a concepção de enunciação, que, nesta fase, não mais se apóia em Benveniste (1989), mas, principalmente, na enunciação de Bakhtin (2003), que é eminentemente social, produto puro da interação social. Brandão (2001:63) informa que “Bakhtin propõe “um nós”, um sujeito social, uma entidade que se constitui na multiplicidade, fruto da interação conflitual entre o eu e o outro, inseridos na memória e na história”. Foi também a partir de Bakhtin (2003:261), que a LT se debruçou preponderantemente nos estudos dos gêneros discursivos, “[...] textos diversos apreendidos no curso de nossas vidas como membros de alguma comunidade”, o que possibilitou a Marcuschi (2001) focalizar a relação fala-escrita a partir do *continuum* tipológico de gêneros textuais. Menciona-se ainda a noção de referenciação de Mondada (1995), que alicerça a coesão não-correferencial tal como a anáfora associativa, dentre outros, e, por fim, a noção de sujeito social, apoiada sobretudo em Bakhtin (1979).

Estas idéias de Bakhtin, em especial, vão influenciar a LT, nas últimas décadas, impelindo-a também a considerar a concepção de “sujeito social”, que não é autônomo, nem livre, porque ele está assujeitado às normas sociais, visto que “usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação [...]. Essas ações não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as formas verbais disponíveis não são em nada neutros quanto a este contexto social e histórico” (Koch 2004:31-32). Observa-se, nesta afirmação de Koch, que o sujeito social é também um sujeito assujeitado, não mais assujeitado ao texto enquanto código, mas às normas sociais, o que leva a inferir que ele possui uma face, ainda que seja com pequenas nuances, inconsciente, originada da ideologia e dos episódios sócio-históricos.

Reflexões sobre o sujeito ideológico

Para tecer reflexões sobre o sujeito ideológico, reitera-se que o referido “sujeito” vai ser interpretado a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), de linha francesa, que surgiu, na década de 60 do século passado, através das figuras de Jean Dubois e de Michel

Pêcheux. Aquele, um lingüista, lexicólogo, envolvido com as questões lingüísticas da época; este, um filósofo, voltado, em especial, para os embates do marxismo e da psicanálise. Ambos, embora imbuídos em pesquisas com reflexões específicas, partilhavam entre si das manifestações das classes sociais (Mussalim 2001:101). De forma objetiva, pode-se dizer que a AD se filiou a três campos distintos do conhecimento: o da lingüística, com a problematização do corte saussuriano; o da psicanálise, com a releitura lacaniana de Freud e a sua teoria do inconsciente; e o do marxismo, por meio da releitura althusseriana de Marx, da teoria da sociedade e das questões ideológicas.

A AD se edifica como linha de pesquisa, rompendo com alguns dos pressupostos da lingüística, especialmente com os da lingüística formal, pelo fato, dentre outros, de ela ter reivindicado a concepção de língua como um sistema homogêneo, abstrato e unívoco, e por defender, com veemência, a existência de um componente semântico capaz de dar conta do sentido. Para melhor ilustrar essas questões, considere-se o seguinte texto:

[...] A língua não é transparente. O fundamental dessa tese é que a AD não aceita que, dada uma palavra, seu sentido seja “óbvio”, como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse referir-se diretamente à “coisa” (o mesmo vale, *mutates mutandis* para uma sentença). O grande alvo parece ser a gramática de Port-Royal, seja diretamente, seja como representante de uma tradição que considera que a relação língua-mundo (forma-conteúdo) é unívoca e clara — ou que pode ser explicitada por uma teoria semântica “universal”. [...] A AD contesta que o sentido seja da ordem da língua, que funcione submetido aos “seus” critérios — uma semântica não é uma fonologia do sentido. O sentido é da ordem das formações discursivas (FD), que, por sua vez, materializam formações ideológicas, que, por sua vez, são de ordem da história. (Possenti 2004:361)

Assim, para a AD, a língua não é transparente, e, conseqüentemente, o sentido não é depreendido simplesmente por meio das unidades lingüísticas, ou seja, pautando-se apenas na imanência do sistema lingüístico; nem, por outro lado, diz respeito a um sentido construído a partir dos pressupostos da pragmática, por exemplo, que resolve o problema da construção do sentido, considerando a intenção dos interlocutores do discurso, bem como o contexto imediato que envolve a situação comunicativa. Para a AD, o sentido é sobretudo um

“efeito de sentido”. Mas, o que significa um efeito de sentido? Significa que o sentido decorre das enunciações, atos que se dão no interior de formações discursivas (FDs). Conceituando, de um modo bem simples, pode-se dizer que a FD é aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma certa posição ideológica. E o que se entende por formação ideológica (FI)? Esta pode ser definida como o conjunto de enunciados sobre determinados temas, que estão presos às posições ideológicas dos sujeitos sociais e que, por isso, determinam a produção de sentidos no processo enunciativo. Representa, pois, o conjunto de elementos (comportamentos, representações, atitudes, idéias etc), que reproduzem o lugar social ocupado por determinados grupos em uma dada conjuntura. Assim, uma formação ideológica carrega em si o embate da luta de classes, representando as ideologias das classes dominantes e dominadas.

O sujeito discursivo: algumas inquições

Antes de tecer considerações específicas sobre o sujeito na A.D., considere-se o texto a seguir:

Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo, isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado. Se não se trata do indivíduo, da pessoa, como uma instância plena de individualidades, como um ser empírico que tem existência particular, não se nega também a sua existência real dos sujeitos em sociedade. Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. (Fernandes 2006:33-35)

Fernandes, em primeiro lugar, preocupa-se em deixar claro que, quando se refere ao sujeito da AD, de linha francesa, não se está tratando de um ser concreto, empírico e individual, ou seja, de um ser humano, que, por exemplo, pode ser identificado por meio das suas características físicas, como: homem branco, alto, magro, cabelos pretos e olhos azuis. Este pesquisador, embora não o negue, e talvez não pudesse fazê-lo, reporta-se, sim, ao sujeito da AD como um sujeito social, não

fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim em um sujeito que, em um determinado momento da história, tem existência sócio-ideológica.

A literatura pertinente atribui costumeiramente duas características ao sujeito discursivo-ideológico, a saber: a de sujeito assujeitado e a de sujeito clivado. Por que o sujeito discursivo-ideológico é assujeitado? Neste caso, assujeitado refere-se ao fato de ele não ser livre, de estar sempre revestido de uma ideologia, aliás, seguindo o axioma filosófico de que “não há sujeito sem ideologia” (Orlandi 2005:47). É por isso que, ao se enunciar como sujeito, ele o faz, não enquanto sujeito falante, mas, sobretudo, como sujeito social, que reflete o posicionamento sócio-histórico-ideológico de um determinado grupo social. Para tanto, ele não pode ater-se apenas ao contexto imediato (o lugar, o tempo, a identidade entre os interlocutores etc), mas, principalmente ao contexto *lato sensu*, amplo, de onde emanam a historicidade e os embates sociais. O assujeitamento também diz respeito ao sistema lingüístico, não em relação à questão do sentido, isso de forma nenhuma, mas, em termos de médium, canal, veículo, o que conduz à compreensão de que o texto seria uma simples materialidade lingüística, veículo do discurso ideológico (Orlandi 2005:15)

Quanto ao sujeito clivado, pode-se dizer que tem a ver com a obra de Freud (1856-1939), a partir do momento em que ele descobriu o inconsciente, considerando, pois, o sujeito clivado por meio do consciente e subconsciente, o que provocou, destarte, um rompimento com a tradição racionalista, de base cartesiana (Mussalim 2001:107), tal como se verifica na citação a seguir:

[...] marca a ruptura entre uma concepção humanista-cartesiana de língua e sujeito enquanto espaço de homogeneidades e de sentido, enquanto transparência para uma concepção vazada pela noção de heterogeneidade e opacidade. Como os sistemas de idéias de uma mesma época geralmente se mostram solidários entre si, pode-se dizer que esse deslocamento não se deu apenas nos estudos da língua; o que nos parece é que ele acompanha uma tendência geral das manifestações culturais que marcam a passagem do modernismo para o pós-modernismo em que as mesmas preocupações com o sujeito e a linguagem, p. ex., se dão. Ao sujeito humanista, unitário, universal e atemporal da epistemologia racionalista opõe-se um sujeito problemático pela história, pela ideologia e pela psicanálise, revelando sua constituição clivada. (Brandão 2001:83)

Lacan (1901-1981), ao fazer uma releitura em Freud e se adentrando ao inconsciente com acuro, recorre aos postulados do estruturalismo europeu, apoiando-se em Saussure e Jakobson. A ilustração seguinte explica melhor a interface entre a lingüística saussuriana e a psicanálise:

Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. [...] o inconsciente é o lugar desconhecido, estranho de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim do Outro e em relação ao qual o sujeito se define e ganha identidade. (Mussalim 2001:107)

Ainda consoante Mussalim, o sujeito lacaniano é visto como alguém que representa *os outros*, atuando sempre como cópia *dos outros*, ou seja, daquelas entidades que estão lá no inconsciente. Nas palavras de Brandão (2001:68), o sujeito não resulta de “uma fala homogênea, mas de uma fala heterogênea que é consequência de um sujeito dividido entre o inconsciente e o consciente”.

A clivagem do sujeito pode ainda ser explicada, recorrendo à entidade interdiscurso, um dos elementos constitutivos do discurso. Conforme Orlandi (2005:31-32), o interdiscurso “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”; (aspas?) na verdade, é a própria memória, melhor dizendo, a memória discursiva”, local onde estão presentes, de forma esquecida, os diferentes discursos. Fernandes (2004:51) frisa que o interdiscurso está presente em toda formação discursiva através de discursos provenientes de diferentes épocas da história e de diferentes lugares sociais, estando, necessariamente interligados entre si e inscritos na memória como algo já dito em algum lugar; o interdiscurso vai regular aquilo que pode ou não ser dito em certas condições de uma enunciação.

No momento da enunciação, processa-se uma interface entre dois eixos que entram em ação: o vertical, onde se encontra o interdiscurso — “eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos e esquecidos”; “o horizontal — que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele dado momento, em condições dadas” (Orlandi 2005:33). Confluência esta que configura de fato a clivagem do sujeito e o processamento do sentido a partir de diversas vozes de cunho histórico-ideológico.

Para concluir, ressalta-se que o fato de o sujeito ideológico constituir-se em sua origem clivado entre o consciente e o inconsciente, já autoriza que nele se depreendam algumas nuances da sua face livre, ao lado da face submissa, caracterizada pelo assujeitamento à ideologia e à história, sobretudo. Cotejando com as demais concepções de sujeito, exceto a de sujeito assujeitado à imanência ao sistema lingüístico, parece que é possível estabelecer um *continuum* entre as mesmas, embora reconheça as suas especificidades, visto que, em maior ou menor grau, há uma certa intencionalidade entre os sujeitos pragmático, social e ideológico.

Referência Bibliográfica

- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUÉLIN, Marie-Jose. 1995. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. ; BÉGUÉLIN, M. R. (eds). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisation anaphores*. Neuchatel : Institut de Linguistique Université de Neuchatel, p. 227-271.
- ARMENGAUD, F. 2006. *A pragmática*. Trad. de M. Marcionilo. São Paulo: Parábola.
- BAKHTIN, M. 2003. Os gêneros textuais. In —: *Estética da criação textual*. 4. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.
- BEAUGRANDE, Robert de. 1997. Lingüística textual: Para novas margens? In: ANTOS, G.; TIETZ, H. (eds.). *O futuro da lingüística textual: Tradições, transformações, tendências*. Tübingen: Niemeyer RGL, p. 1-12.
- BENTES, Anna Christina. Lingüística Textual. 2001. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, v.1, p. 101-142.
- BENVENISTE, Émile. 1989. *Problemas de Lingüística Geral II*. Trad. de E. Guimarães et al. Campinas, São Paulo: Pontes.
- BERRENDONNER, Alain ; REICHLER-BÉGUÉLIN, Marie-Jose (org.). 1995. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisations, anaphores*. Neuchatel : Institut de linguistique de l'Université de Neuchatel, p. 273-302.
- BORBA, Francisco da Silva. 1977. *Fundamentos da gramática gerativa*. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. 2001. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, B. (org.), *Estudos iniciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, p.59-69.

- BROWN, Gillian; YULE, George. 1983. *Discourse analysis*. New York: Cambridge University Press.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. 2004. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. F.Komesu, 6. ed. São Paulo: Contexto.
- DASCAL, Marcelo (org.). 1982. *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas: UNICAMP.
- DIJK, Teun van. 1992. *Cognição, discurso e interação*. 6. ed. São Paulo: Contexto.
- FERNANDES, Claudemar Alves. 2007. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz.
- FIORIN, José Luiz (org.). 2001. *Introdução à lingüística I: Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. 1982. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos Metodológicos da lingüística*, v.4. Campinas: UNICAMP, p. 81-103.
- HEINE, Lícia Maria Bahia. 2000. *Aspectos do Uso da Anáfora no Português Oral*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, mimeo.
- _____. 2000. Aspectos da língua falada. Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador. mimeo.
- HYMES, Dell. 1995. A cerca de la competencia comunicativa. In: LLOPERA, M. Llopera. *Competência comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: Edeselsa, p. 27-46.
- JUBRAN, Clélia C. Alves Abreu Spinardi. 2006. A perspectiva textual interativa. In: JUBRAN, C. C. A. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.), *Gramática do português falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 27-36.
- KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; UJMA, L. 1991. *L'anaphore associative, d'une conception a l'autre*. In: SCHNEDECKER, C. et al (orgs.). *L'Anaphore associative*. Paris: Librairie Klincksieck, pp. 5-64.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. 2006. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.
- _____. 2004. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Contexto.
- _____. 2002. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2001. *Da fala para escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- _____. 1997. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- _____. 1984. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 2003. *Linguística de Texto: parte II*. Recife: UFPE, Mestrado em Letras e Linguística. Notas de aulas.
- _____. 1996. A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva. Recife: UFPE, mimeo.
- _____. 1994. Relações entre texto falado e texto escrito: semelhanças e diferenças. Recife: UFPE, mimeo.
- _____. 1983. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, Mestrado em Letras e Linguística.
- MONDADA, Lorenza ; DUBOIS, Daniele. 1995. Construction des objets de discours et categorisation. In: BERRENDONNER, A. ; REICHLER-BÉGUÉLIN, M. (org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisations, anaphores*. Neuchatel: Institut de linguistique de l'Université de Neuchatel, p. 273-302.
- MUSSALIM, Fernanda. 2001. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.), *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2. São Paulo: Cortez.
- PINTO, Joana Plaza. 2001. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, p. 47-68.
- ORLANDI, Eni. 2005. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes.
- POSSENTI, Sírio. 2004. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 3. São Paulo: Cortez
- SAUSSURE, Ferdinand de. 1961. *Curso de Linguística Geral*. 7ª ed. São Paulo: Cultrix.
- SCHIMIDT, Siegfried. 1978. *Linguística e teoria do texto*. Trad. Ernest F. Schurmann. São Paulo: Pioneira.
- TRAVAGLIA, Luís Carlos. 2001. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1ª e 2º grau*. 6. ed. São Paulo: Cortez.